

EDUCAÇÃO, TRABALHO, E AS DIMENSÕES HISTÓRICAS E IDEOLÓGICAS DO SENAI PARANÁ

Desiré Luciane Dominschek¹

José Claudinei Lombardi²

RESUMO: Este artigo apresenta dimensões da constituição do SENAI em nível nacional e, especificamente, do SENAI Paraná. O trabalho e a educação foram determinados no Paraná, primeiro pelos colonizadores e mais tarde pelo trabalho escravo; conseqüentemente, pelos ciclos de produção, demonstrando que, mediante a diversidade de forças, sejam elas econômicas ou políticas, as lutas de classes sempre estiveram presentes, pois o trabalhador é um indivíduo em constante modificação. Nosso trabalho percorre a trajetória histórica dos processos de industrialização e formação para o trabalho no estado do Paraná. A pesquisa parte de uma análise documental e apresenta questões sobre a formação profissional desenvolvida na Escola SENAI- PR. Especificamente sobre escola de Curitiba, retratou-se a organização desse instituto visando um projeto ideológico pensado para a constituição do progresso do Estado do Paraná a partir da visão dos industriários e dos políticos com poder hegemônico naquele contexto histórico. O artigo destaca os registros dos processos de ensino – aprendizagem das escolas SENAI. Como resultados e conclusões, destacamos a constituição do SENAI-PR, as ideias de progresso no mesmo Estado, a relação entre trabalho/educação, elementos aos quais se deu destaque na constituição da formação profissional no Estado.

Palavras-chave: Trabalho. Ideologia. Ensino profissional.

¹ Profa. Dra. no Centro Universitário Internacional - Uninter. E- mail: desiredominschek@hotmail.com

² Professor Titular da Unicamp. Bolsista Produtividade em Pesquisa/Nível 2 do CNPq

EDUCATION, WORK AND THE HISTORICAL AND IDEOLOGICAL DIMENSIONS OF SENAI IN THE PARANA CONTEXT

ABSTRACT: This article presents dimensions of SENAI's constitution at the national level and, specifically, of SENAI Paraná. The work and education were determined in Paraná, first, by the settlers, later by the slave labor and, consequently, by the production cycles, demonstrating that, through the diversity of forces, whether economic or political, the struggles of classes were present, for the worker is an individual in constant modification. Our work goes through the historical trajectory of the industrialization processes and professional education in the state of Paraná. The research starts from a documentary analysis and presents questions about the professional education developed at the SENAI-PR school. Specifically, about the school of Curitiba, the organization of this Institute was portrayed aiming an ideological project that was thought for the promotion of the progress of the state of Paraná, this from the industrialists and politicians point of view, who had hegemonic power in that context history. The article highlights the records of the teaching-learning processes of SENAI schools. As results and conclusions, we highlight the constitution of SENAI-PR, the ideas of progress in that state, the relationship between work/education, elements which have been prominent in the constitution of professional formation in the state.

Keywords: Work. Ideology. Professional education

EDUCACIÓN, TRABAJO Y LAS DIMENSIONES HISTÓRICAS E IDEOLÓGICAS DEL SENAI EN EL CONTEXTO PARANAENSE

RESUMEN: Este artículo presenta dimensiones de la constitución del SENAI a nivel nacional y, específicamente, del SENAI Paraná. El trabajo y la educación fueron determinados en Paraná, primero, por los colonizadores, más tarde por el trabajo esclavo y, consecuentemente, por los ciclos de producción, demostrando que, mediante la diversidad de fuerzas, ya sean económicas o políticas, las luchas de clases estuvieron presentes, pues el trabajador es un individuo en constante modificación. Nuestro trabajo recorre la trayectoria histórica de los procesos de industrialización y formación para el trabajo en el estado de Paraná. La investigación parte de un análisis documental y presenta cuestiones sobre la formación profesional desarrollada en la Escuela SENAI- PR. En concreto, sobre la escuela de Curitiba, se retrató la organización de ese instituto buscando un proyecto ideológico pensado para la constitución del progreso del Estado de Paraná, esto en la visión de los industriales, y de los políticos con poder hegemónico en aquel contexto histórico. El artículo destaca los registros de los procesos de enseñanza - aprendizaje de las escuelas SENAI. Como resultados y conclusiones, destacamos la constitución del SENAI-PR, las ideas de progreso en el Estado de Paraná, la relación con el trabajo / educación, elementos de los cuales se destacó en la constitución de la formación profesional en el Estado.

Palabras clave: Trabajo. Ideología. Enseñanza profesional.

Industrialização e urbanização, os caminhos de formação profissional no Paraná

O percurso histórico do ensino profissional no Paraná se caracteriza por muitas interpretações, desde o seu carácter político-compensatório e disciplinador até a qualificação do operário/trabalhador. Destacamos, conforme Sapelli (2008), que existe poucos registros sobre a história do ensino profissional no Paraná. A autora aponta que “apesar disso, com dados coletados” (p.61) pode-se perceber um dinamismo que permanece com as necessidades das relações de produção.

Com a difusão da industrialização e da urbanização e a proeminência adquirida pela burguesia, o papel do Estado nas sociedades capitalistas cresceu como registra, Oliveira (2001).

Em várias esferas de atividades públicas, os donos dos meios de produção e/ou seus gerentes executivos passaram a gozar de considerável ascendência política, social, econômica e cultural. Cabe aqui notar que, se como norma geral, em determinado momento do desenvolvimento da sociedade contemporânea os empresários acabaram por obter tal ascendência, as condições para que isso ocorra ainda são objetos de debate (p.38).

Como ocorreu na história da educação no Brasil, no Paraná a história do ensino profissional privilegia a perspectiva assistencialista e de disciplina para a educação dos pobres.

No final do século XIX foram registradas as primeiras preocupações em formalizar o ensino profissional nas áreas agrícola e industrial. Em 1910, foi implantada a Escola de Aprendizagem e Artífices do Paraná, em um prédio próximo da Praça Carlos Gomes, onde eram ministradas aulas de feitura, vestuário, fabrico de calçados, e ensino elementar, inicialmente, destinadas às camadas menos favorecidas e aos marginalizados (SAPELLI, 2008, p.63).

Segundo dados do MEC (2006) em 1937 havia apenas 45 alunos matriculados na escola que, naquele ano, passou a ser denominada Liceu Industrial de Curitiba com a oferta de cursos de: sapataria; alfaiataria; marcenaria; pintura decorativa e escultura ornamental, além do 1º grau. Em 1940, nas indústrias paranaenses havia 35.492 trabalhadores, o que se devia ao processo madeireiro e cafeeiro do Estado (IPARDES, 1993).

Picheli (1997), nos lembra que já no final do século XIX, no interior do trabalho fabril, as tarefas desempenhadas pelos operários foram racionalizadas com a introdução da organização dita científica, “ a racionalidade taylorista e fordista, como método de disciplina sobre a força de trabalho,

lançou mão de uma complexa organização pautada em objetivos gerenciais”(p.23),visando sempre aumentar a extração de mais valia: unidade de comando, hierarquia, divisão de funções, reciprocidade de obrigações, processo que avançou no decorrer do século XX.

Em 1942, o ensino passou a ter dois ciclos, industrial básico e técnico pedagógico, e sofreu mais uma alteração na nomenclatura, passando de Liceu a Escola técnica de Curitiba. Em 1944 foi criado o primeiro curso de segundo ciclo, o curso de mecânica. Tais transformações na relação de produção implicam na exclusão de parte dos trabalhadores, haja vista a substituição de homens pelo trabalho de máquinas mediante a automação.

Percebemos que o processo de racionalização para o trabalho “acoberta todo o conteúdo das relações de trabalho na produção capitalista” (PICHELI,1997, p.27), sendo que o próprio processo de valorização do capital traz em si um forte componente de alienação.

A habilidade pormenorizada do operador de máquina individual, esvaziado, desaparece com algo ínfimo e secundário perante a ciência, perante as enormes forças da natureza e do trabalho social em massa que estão corporificadas no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do padrão (máster) [...] A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para o regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão, já antes aventando, portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria.(MARX, 1984, p.44).

Conforme destaca Manfredi (2002), o período que sucedeu o Estado Novo, (1945-1964) “aparato institucional legitimador do sistema corporativo de representação sindical e do aparelho burocrático estatal, edificado durante o período getulista” (p.102), não foi desmontado com o final deste período. O Estado se manteve como o protagonista principal dos planos e programas de investimentos que encaminhavam as decisões do parque industrial.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4.024/61, a dualidade estrutural ainda persistiria, embora garantisse maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário. Destacamos que as principais agências de Educação Profissional, as instituições do Sistema S, especialmente o SENAI, foram construídas a partir da ótica empresarial e foram mantidas como um sistema paralelo e, no período pós Estado Novo, tiveram grande expansão, particularmente na ascensão dos governos militares.

Já na década de 1970, com a promulgação da Lei de nº. 5.692/71, temos a profissionalização compulsória para o ensino secundário estabelecendo também a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. O ensino profissional brasileiro permaneceria como compulsório até 1996 (até a promulgação da LDB 1996).

Podemos perceber a resignificação do papel do Estado no Paraná com maior ênfase nos governos de Jaime Lerner (1995-2002)³, a partir de acordos feitos com o BID (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e a partir das diretrizes de 1991 que, de acordo com Sapelli (2008), estimulam a minimização da oferta de qualificação profissional em instituições públicas e a transferência desta para o setor privado.

As relações educação e trabalho explicitam-se no cotidiano escolar desde a inserção do aluno na educação infantil até os níveis mais elevados de escolaridade. Porém, essas relações ganham outra especificidade quando se trata do ensino profissional. Ora a escola serve para criar hábitos ora para desenvolver habilidades psicofísicas ora para formar especialistas, ora para legitimar a exclusão do trabalhador, ora um pouco de todas (SAPELLI, 2008, p.19).

A mesma autora nos apresenta a instauração do CEFET-PR,

No início da década de 1950, houve um acordo de cooperação entre o Brasil e Estados Unidos no campo do ensino industrial para treinamento dos professores da área técnica. Criou-se a Comissão Brasileiro-Americana Industrial que ficou sediada nesta escola. Em 1959 a escola passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Paraná (SAPELLI, 2008, p.64).

No ano de 1973, a escola passou a ofertar cursos de engenharia de operação na área da construção civil e elétrica e então em 1978, foi transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (antigo CEFET, atualmente UTFPR, Universidade Tecnológica, desde 2005). A

³ Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, filho de judeus poloneses, é um [político](#), [arquiteto](#) e [urbanista brasileiro](#), filiado ao [Democratas](#) (DEM). Foi [prefeito](#) de [Curitiba](#) por três vezes (1971–75, 1979–84 e 1989–93) e governador do [Paraná](#) por duas vezes (1995–1999 e 1999–2003). Para se aprofundar no tema, ver obra do Professor Ricardo Costa de Oliveira - **O Silêncio dos vencedores: Genealogia, classe dominante, e Estado no Paraná** (2001).

UTFPR tornou-se a primeira Universidade tecnológica do Brasil, com sete campi distribuídos no Paraná.

O impulso à industrialização no Brasil, a partir da década de 1920, incentivou ações da intelectualidade local no sentido de “redirecionar as prioridades educacionais” (SENAI,1992, p.53). A emergência das classes médias urbanas fez aumentar a pressão pela ampliação da rede de ensino e, na mesma proporção, surgia a necessidade da erradicação do analfabetismo.

Reformas importantes foram feitas no âmbito estadual, e educadores como Anísio Teixeira, Sampaio Dória, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outros, começaram a aparecer como destaque. Pasqual Leme, signatário do Manifesto dos Pioneiros⁴, comentava: “Mas, a mais importante e profunda dessas reformas foi, sem dúvida, a realizada no antigo Distrito Federal, então capital da República, durante os anos 1927-1930, liderada por Fernando de Azevedo. Dela resultou a elaboração de um verdadeiro código moderno de educação, o que se verificava pela primeira vez no Brasil. Essa legislação foi aprovada pelo Decreto nº 3281, de 23 de janeiro de 1928, e complementada por um regulamento que constava de 764 artigos, baixado pelo decreto nº 2940, 22 de novembro de 1928. Essas datas incorporam-se definitivamente a história da educação como marcos notáveis do movimento de modernização da educação e do ensino no Brasil [...]” (LEMME,1984). Como parte desse movimento mais amplo, Anísio Teixeira, além de traduzir *Vida e Educação*, de Dewey, também produziu um estudo preliminar introduzindo o pensamento do educador norte-americano no Brasil. Publicada pela Biblioteca de educação, coleção de prestígio dirigida por Lourenço Filho, esta obra trazia conceitos que relacionavam experiência, educação e vida, os conceitos básicos da chamada Escola Nova (SENAI,1992, p.53-54).

A predominância da oligarquia cafeeira apresentou declínio a partir da crise de 1929 quando os industriais surgiram como uma força política e a denominada “Revolução de 1930”, liderada por Vargas, viria reforçar a modernização do país. Na mesma proporção, a educação também precisava ser renovada e a perspectiva de renovação se deu a partir dos princípios propostos pela Escola Nova, o que também impactou as formas de organização do ensino profissional.

Naquele momento, temos o Estado com o papel central de agente de desenvolvimento econômico. A substituição do modelo agroexportador pelo modelo de industrialização incentivado pelo processo de substituições de importações na produção de bens duráveis e bens de capital foi realizada mediante pesados investimentos públicos na criação da infraestrutura necessária ao

desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

No contexto de reorganização da estrutura educacional que caracterizou a política do Estado Novo, no Brasil, o ano de 1942 foi de particular importância para o ensino industrial. Embora a Constituição de 1937 já definisse as responsabilidades do Estado e das empresas quanto ao ensino profissional, foi só em 1942 que efetivamente se concretizaram a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto lei nº 4073 de 30/01/1942) e a criação do SENAI – Serviço Nacional de aprendizagem dos Industriários (Decreto – Lei nº. 4.048, de 22/01/1942), a ser organizado e dirigido pelo CNI – Confederação Nacional da indústria (LEITE, 1976, p.9).

As origens do SENAI, a ênfase na modernidade e no Capital

A ênfase no governo Vargas para a criação do SENAI não se resumiu ao ato de induzir a Confederação Nacional da Indústria a criar uma escola, como afirma Cunha (2005), a organizar e dirigir a nova instituição; “ele determinou, também, que a CNI deveria elaborar um projeto de regimento interno para submetê-lo ao Ministério da Educação” (p.47).

O Ministro Capanema⁵, em 1934 formou uma comissão da qual faziam parte Roberto Mange (do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional); Lourenço Filho (Diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos); Leon Reunault (Diretor do Patronato Agrícola João Pinheiro); Joaquim Faria Góes Filho (Superintendente da Educação Secundária e Técnica do Distrito Federal); Horácio da Silveira (Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo); Artur Torres Filho (Diretor do Serviço de Economia Rural); Lafaiete Belfort Garcia (Diretor da Divisão de Ensino Comercial) e Rodolfo Fuchs (Inspetor do Ensino Industrial) (SENAI, 1991).

Para elaborar o projeto regimento, o presidente da Confederação Nacional da Indústria escolheu Roberto Mange, cujas atividades no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional haviam captado a confiança dos líderes industriais paulistas, e Joaquim Faria Góes Filho, funcionário do Ministério da Educação que vinha participando de todas as tentativas de institucionalização

⁵Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas de 1934 a 1945. Segundo Schwartzman (2000), criou-se uma auréola de progressivismo e coragem intelectual ao redor do ministro e sua equipe, que se propagou por um bom tempo em atividades desenvolvidas na reforma do ensino secundário, na organização da Universidade do Brasil, na implantação do ensino industrial, na criação do instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Capanema Filho nasceu em 10 de agosto de 1890, natural de Minas Gerais, formou-se na Faculdade livre de Direito de Belo Horizonte em 1924. Promulgou as leis orgânicas de ensino, também conhecidas como Reformas Capanema (SAVIANI, 2008).

da aprendizagem, mostrando uma orientação bastante favorável à autonomia dos novos cursos diante do controle governamental particularmente do Ministério da Educação. (CUNHA, 2005, p.48).

A comissão teve seis meses de trabalho, discussões e debates intensos, que resultaram no Decreto de nº. 6.029, assinado em 26 de julho de 1940 por Vargas, regulamentando a instalação e funcionamento dos cursos profissionais previstos no Decreto de nº. 1.238 de 02 de maio de 1939. Segundo Fonseca (1986), a solução não era ainda definitiva, nem as autoridades do ensino ficariam adstritas a elas. As ideias estavam em marcha, buscava-se uma solução que acelerasse o ritmo e incrementasse as atividades do ensino de ofícios.

Esta comissão trabalhava desde 1936 na elaboração de uma lei que abrangesse todos os aspectos do ensino profissional. Mas, conforme aponta Fonseca (1986), foi em janeiro de 1942, sob o nome de Lei Orgânica do Ensino Industrial⁶, que se daria espaço à criação do SENAI — criado com o Decreto-lei de nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942⁷.

O decreto nº. 6.029 de julho de 1940 não seria modificado; daria lugar em 1942, a dois decretos quase simultâneos: um criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho e o outro definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das ideias e propósitos da área da Educação. A partir daí os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo ministro, o SENAI se encarregaria da “formação profissional dos Aprendizes”, e seria tão somente uma peça, delegada à Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel de ensino profissional estabelecido pela lei orgânica. Todavia, não deixa de ser sintomático que o projeto do SENAI, que só merece oito linhas na longa exposição de motivos de 5 de janeiro de 1942 com a qual Capanema encaminha a Lei Orgânica, termine sendo assinada em primeiro lugar (SCHWARTZMAN, 2000)

⁶ As reformas que se realizaram sob o Governo Vargas, no Ministério da Educação e Saúde – do Ministro Gustavo Capanema, assumem o nome de Leis Orgânicas assim divididas: Leis Orgânicas do Ensino Secundário, do Ensino Industrial, do Ensino Comercial. (GILES, 1987).

⁷ O SENAI foi vinculado, desde a sua criação, ao Ministério da Educação. Esta questão só foi alterada pelo Decreto de nº 74.296, de 16 de julho de 1974, que estabeleceu a vinculação ao Ministério do Trabalho (CUNHA, 2005, p.47).



Figura 1- Sob a liderança de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, engenheiros de minas de carvão são recebidos por Vargas no Catete.

Fonte: SENAI. O Giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho/projeto Memória SENAI-SP – São Paulo: SENAI, 1992.

Então mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, em 1942 foi criado o SENAI ofertando diversos cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e especialização, além de possibilitar a reciclagem do profissional. Seu regimento final foi aprovado em abril de 1942, pelo Decreto de nº 10.009, que previa uma estrutura bastante flexível, em contraste com a centralização do governo no Estado Novo e em particular, do Ministério de Educação (CUNHA, 2005).

Segundo o Departamento Regional do SENAI no Paraná (SENAI, 2014), esta instituição é parte integrante da gênese e consolidação do parque industrial brasileiro. Na visão dos empresários e industriais, sem o serviço de formação de mão de obra⁸ profissionalizante para as empresas, a própria estabilidade do setor estaria em risco e os rumos seriam incertos. Para os industriais, o SENAI está para a indústria da mesma forma que as raízes profundas de uma frondosa árvore a ajudam a render bons e constantes frutos.



Figura 2 – Primeiro logotipo do SENAI nacional.

Fonte: SENAI. Departamento Regional do Paraná. Senai 70 anos : 70 anos de educação, tecnologia e inovação, Curitiba: Senai, 2014.

⁸ “Mão de obra” é uma expressão utilizada na obra. O conceito que adotamos é força de trabalho

O discurso imposto pela instituição de que esta já nasceu para o futuro e preparada para o fortalecimento econômico tem outras vias de interpretação; os anos do regime de Vargas, principalmente na ditadura do Estado Novo, permitiram que a burguesia industrial aperfeiçoasse sua “disciplina de classe”, os industriais elaboraram um projeto de industrialização e *paz* social patrocinado pelo Estado e usaram seu acesso ao poder estatal para impor esse projeto aos membros da própria classe que se mostravam relutantes.

Na verdade os primeiros anos da década de 1940, um período de grandes lucros, de bons amigos no governo e de sindicatos sob controle – um período em que destacados “líderes operários” organizavam banquetes para gente como Roberto Simonsen e Morvan Dias de Figueiredo – deve ter ficado na memória dos industriais como uma “idade de ouro” da colaboração entre as classes. Confrontadas com os extraordinários desafios financeiros e ideológicos nos dois órgãos criados para enfrentar os problemas trabalhistas no sentido mais amplo. O Sesi e o SENAI serviram aos industriais de escudos morais e técnicos que lhes permitiram enfrentar uma nova era de mobilização sindical, democratização e política populista (WEINSTEIN, 2000, p. 134).

A fundação do SENAI e do Sesi deram à liderança industrial a oportunidade sem igual de estabelecer programas e atividades visando a racionalização do ambiente industrial, dentro e fora da fábrica. Os decretos – leis que criaram o SENAI e o Sesi e a legislação posterior regulamentando esses novos órgãos traçaram apenas um esboço muito geral de suas estruturas.

Os decretos do governo embora bastante explícitos quanto à composição dos órgãos administrativos e aos seus meios de financiamento, descreveram as respectivas missões do SENAI e do Sesi, talvez intencionalmente, em termos muito vagos. Em ambos os casos, o papel do governo foi criar uma entidade que era pouco mais que um recipiente vazio; de caso pensado, ele deixou aos industriais e aos seus tecnocratas a tarefa de preencher essas novas estruturas com os programas e doutrinas adequadas (WEINSTEIN, 2000, p.135).

Pensando a organização e o financiamento das escolas SENAI é importante ressaltar que tal organização federativa teve participação do governo nos Conselhos Nacional e Regional, o Decreto-Lei de criação previa que apenas o Ministério da Educação devesse aprovar o projeto de regimento e também a lei orgânica estabelecia que “este Ministério tratasse as diretrizes pedagógicas que deveriam ser seguidas pelos “órgãos” que tratassem de cursos de aprendizagem profissional” (CUNHA, 2005, p.49).

Penso que a ampliação da participação governamental nos conselhos,

incluindo representantes do Ministério do Trabalho, além dos do Ministério da educação, teve mais um significado. Um primeiro significado, tipicamente técnico, refere-se ao interesse óbvio daquele ministério na política de formação da força de trabalho; o outro, menos óbvio, mas não menos real era a atenuação da influência do Ministério da Educação, fora do controle imediato dos industriais (CUNHA, 2005, p.49).

A organização federativa correspondia a uma “concessão” do Estado, centralizador e unitário, como já indicamos, condizendo a intenção dos industriais em intervir de perto nas relações de aprendizagem e também controlar os recursos provenientes de suas contribuições.

Cunha (2005) destaca que a organização federativa teve muitas dificuldades, “quase todas da ambiguidade do SENAI, associação civil criada por decreto-lei e dirigida (em pequena parte) e fiscalizada pelo Estado, mas, dirigida (em grande parte) e mantida pelos industriais” (p.49).

Sobre os recursos financeiros para a manutenção da instituição, o Decreto de nº 4.048/42 estabelecia fosse feita pelos estabelecimentos industriais, os quais seriam obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal destinada às escolas de aprendizagem, sendo que a arrecadação dessa contribuição deveria ser feita pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e repassada ao SENAI.

A orientação geral de todo esse sistema em fase de consolidação e ampliação, por disposições regimentais, estava subordinada ao Departamento Nacional, que traçava “as diretrizes gerais da organização em todo o país”, fixando, as grandes linhas a serem seguidas pelos órgãos locais, que no campo administrativo propriamente dito, quer no campo educativo”. Esse amplo poder diretivo do DN envolvia desde a fixação das bases para a aprendizagem até os critérios fundamentais dos exames e emissão das cartas de ofício, passando pelo estabelecimento de normas de contabilidade e gestão patrimonial, incluindo a função importantíssima de controlar a arrecadação e distribuição dos recursos previstos pela legislação para o funcionamento de todo o Sistema SENAI (SENAI, 2002, p.30).

O ensino industrial passou a assumir um papel relevante na formação de força de trabalho, principalmente no contexto da industrialização do país. Mas conforme descreve Cunha, esta relação não foi constituída de forma harmoniosa; pelo contrário, ocorreram muitas disputas,

Houve uma disputa entre a orientação do Ministério da Educação, almejando o controle de todo o ensino industrial, mesmo o da aprendizagem, e a da Presidência da República, partidária do seu controle pelas entidades patronais. Foi por isso que os projetos da “lei” orgânica e de criação do Senai, levados pelo ministro ao presidente no mesmo dia (05 de janeiro) foram assinados em dias diferentes: o decreto-lei criando o Senai em 22 de janeiro,

antes da “lei” orgânica, em 30 de janeiro. A fonte deste conflito foi de caráter predominantemente político-ideológico. Embora a aprendizagem sistemática associando escola e oficina tivesse chegado ao Brasil na década de 1930, por fontes inspiradoras europeias, particularmente germânicas, na década de 1940, o paradigma norte-americano foi assumido por aqueles que, dentro do Estado, resistiam à intenção centralista e homogeneizadora de Capanema (CUNHA, 2005, p.38).

Então neste período tínhamos dois tipos de ensino industrial: um compreendia a aprendizagem sob o controle patronal, ligado ao SENAI; outro, sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e Saúde, constituía-se do Ensino industrial básico.

Cunha (2005) considera que a ambiguidade entre as esferas públicas e privadas tem sido uma constante na educação brasileira, mesmo que o modo como elas se interpenetrem seja variado.

Pela lei, era responsabilidade, dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões efetuar a arrecadação dos fundos para posterior repasse ao SENAI-DN, que, no final dos anos 40 do século XX, para tentar evitar previsíveis sobressaltos, tentava promover inúmeros acordos com aqueles institutos, para tornar mais eficazes os mecanismos de arrecadação e cobrança dos débitos junto às empresas (SENAI, 2002, p.30).

As escolas do SENAI, quando comparadas com as de ensino industrial das redes públicas, evidenciavam de modo patente a inferioridade destas. Houve ainda uma complementação da regulamentação do SENAI que contribuiu para o sucesso de seus cursos, o Decreto de nº 4.481 de 16 de julho de 1942, obrigava as empresas do ramo industrial a custear os cursos e manter em seus quadros 8% de menores aprendizes do total de operários. A prioridade era dada aos filhos de operários empregados nos estabelecimentos industriais, aos irmãos dos operários que atuavam nas indústrias e aos órfãos cujos pais estivessem vinculados ao ramo industrial.

O Senai teve um estatuto jurídico sui generis. Embora criado por determinação do presidente da República, mediante decreto-lei, sua constituição e direção ficariam a cargo de uma entidade privada, a Confederação Nacional da Indústria. [...] essa determinação governamental era necessária, por duas razões: (i) os industriais não desejavam a institucionalização da aprendizagem, só aceitando após vários anos de pressão e possivelmente, depois de uma ameaça feita pelo presidente da república, de “conceder” essa atividade (e os recursos dos empregadores) aos sindicatos operários; (ii) aceito o ônus da aprendizagem pela Confederação Nacional da Indústria, esta tinha, entretanto, poder para obrigar os industriais a contratarem aprendizes, enviá-los às escolas e, o mais importante, a assumirem os custos do SENAI. Criado por um decreto-lei, as resistências ficaram minoradas, pois era o governo que recebia e centralizava as

contribuições das indústrias e as transferia para a nova entidade (CUNHA, 2005, p.47).

A complexificação da maquinaria das manufaturas e das primeiras indústrias, exigiu que, de início, os operários qualificados fossem buscados no exterior, solução que segundo Cunha (2005), trazia alguns contratempos, uma vez que os operários contratados não formavam seus substitutivos locais, deixando seu saber sobre a manipulação das máquinas individualizado, o que aumentava a troca pelo valor do trabalho. Outra questão era que esses operários traziam para cá práticas consideradas atentatórias à ordem estabelecida, haja vista os movimentos de paralisação no interior das fábricas, para pressionar os patrões por salários melhores. Para se evitar esses “inconvenientes” começou a surgir “toda uma ideologia de valorização do trabalho “do elemento nacional”, cuja propalada inaptidão e inconstância já não era vista como natural” (CUNHA, 2005, p.06).

Era preciso valorizar a busca pela qualificação profissional, de maneira que o trabalhador sentisse dignidade por seu ofício e para que isso ocorresse, o ensino profissional teria de deixar de ser, nesta lógica, destinado aos pobres, órfãos, abandonados e delinquentes.

Mas, essa valorização do ensino profissional não deveria implicar tentativas de eliminação da divisão social e técnica do trabalho no interior do aparato educacional. Mesmo nas tentativas de emprego de práticas vocacionais em todas as escolas primárias, como na Reforma de Fernando Azevedo, no Distrito Federal (1928-1930), seu objetivo era mais pedagógico do que propriamente profissional, conforme os princípios da escola nova, continuando a existir escolas destinadas a formação de elites (no ensino secundário e no ensino superior) e outras para a formação dos trabalhadores manuais. A tentativa de Anísio Teixeira, também no distrito Federal (1932-1935), de criar escolas técnicas secundárias onde os alunos escolheriam seus percursos escolares e sociais a partir de um tronco comum de matérias de caráter geral, foi rapidamente demolida, retornando-se à separação entre as escolas profissionais e as secundárias, embora aquelas permanecem, a partir de então, em nível pós-primário (CUNHA, 2005, p.07).

As pressões da época da guerra levaram o SENAI a estabelecer prioridades durante os seus primeiros anos de atividade para conseguir o máximo impacto no mercado de trabalho e este aspecto acabava por deixar de lado sua principal missão: a de formar jovens aprendizes para o trabalho especializado na indústria, voltando-se para a especialização rápida em programas de reciclagem para operários adultos, principalmente no setor metalúrgico. Esta situação demandava também uma organização pedagógica e administrativa e instalações rápidas para os cursos (WEINSTEIN, 2000).

Lembremos que os homens indicados para os postos mais elevados no SENAI eram figuras

conhecidas no campo da formação profissional e de há muito tempo aliados dos industriais. O primeiro Diretor Nacional do SENAI, João Lüderitz, já era ligado à “educação profissional” desde 1906, quando fundou o Instituto Parobé do Rio Grande do Sul. Na década de 1920, ele dirigiu a inspeção de programas profissionais e supervisionou as reformas que lhe seguiram e na década de 1930, trabalhou como consultor do Ministério da Educação para assuntos de formação profissional sendo também responsável pelo projeto final do SENAI.

Outro homem importante na história da implantação do SENAI é Joaquim Faria Góes Filho, membro da Comissão Interministerial Original. Ele produziu relatórios que refletiam de forma coerente os pontos de vista dos industriais, foi nomeado Diretor do SENAI do Rio de Janeiro, e também chegou a ser Diretor Nacional do SENAI por 13 anos a partir de 1948.

Já na direção do Departamento de São Paulo, esteve à frente Roberto Mange. O Estado mais industrializado da nação precisava da experiência do antigo diretor do Centro Ferroviário, que foi a base do primeiro modelo educacional do SENAI (figura 3), e em 1942 foi transformado em subdepartamento do SENAI-SP.



Figura 3 – Alunos do ensino técnico ferroviário.

Fonte: SENAI. O Giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho. Projeto Memória SENAI-SP – São Paulo: SENAI, 1992.

Junto com Roberto Simonsen⁹, Mange¹⁰ era considerado o precursor da concepção e

⁹ Roberto Simonsen frequentou em São Paulo a escola Politécnica, onde se formou engenheiro em 1909 – Em Santos trabalhou como engenheiro chefe da Comissão de melhoramentos do município. Parte da história de Simonsen coincide com o período em que a implantação do ensino de engenharia no país acompanhava as mudanças introduzidas no sistema de transporte, especialmente com a expansão das ferrovias e portos. Ver obra de Silva (2003).

¹⁰ Roberto Mange, engenheiro, foi um dos principais idealizadores do SENAI em conjunto com outros colaboradores e expoentes da indústria, conceberam um serviço capaz de proporcionar a preparação de operários qualificados para a indústria. Primeiro Diretor do SENAI São Paulo, exerceu o cargo até sua morte em 1955. Ver Bologna, 1980.

organização pedagógica do SENAI. Verifica-se que o *staff* de organização dos departamentos do SENAI era sólido e articulado ao discurso dos empresários e industriais no que se refere ao ensino profissional. A experiência de Roberto Mange no setor ferroviário foi primordial para a concretização do projeto SENAI,

Inegavelmente forma as estradas de ferro, com toda sua aparelhagem mecânica, que trouxeram a São Paulo a consciência da organização. Os trens, para que participem a hora certa, por certo que exigiam uma retaguarda de organização e previsão que ainda não se conhecia por aqui. E anos mais tarde, a constituição da rede de tráfego mútuo, entre as várias empresas ferroviárias, veio revelar um amadurecimento que somente em poucas coletividades se poderia encontrar (AMARAL, 1961 apud, SENAI, 1992, p.58).

Em 1931 foi fundado, em São Paulo, o Instituto de Organização Racional do Trabalho, o IDORT, a comissão promotora do empreendimento se compunha de Aldo Mário de Azevedo, Armando Salles Oliveira, Gaspar Ricardo Junior, Henrique Dumont Villares, Luís Tavares Alves Pereira e dos membros da antiga comissão que havia estudado, no final de 1929, a criação de um instituto de politécnica, composta por Clovis Ribeiro, Damasco Penna, Geraldo de Paula Souza, J.O. Monteiro de Camargo, Lourenço Filho e Roberto Mange.

O IDORT¹¹ foi uma entidade que deveria coordenar e incentivar a adoção de princípios da Organização Racional do Trabalho, em diversos setores da sociedade, colocando essa doutrina como uma alternativa para solucionar os problemas pelos quais passava o Brasil com o pós-crise de 1929 e o golpe de 1930. Roberto Mange a partir do IDORT introduziu oficialmente a psicotécnica, com o *status* de ciência.

Silva (2003), aponta que os princípios de Taylor¹² vinham sendo exaltados há muito pela “Revista Polytecnica” e eram introduzidos na cadeia de tecnologia da construção civil a fim de apresentar um “método científico” para problemas da construção. Segundo o autor Roberto Simonsen estava nos Estados Unidos em 1911, ano em que a grande discussão em matéria de gestão empresarial

¹¹ Batista (2016) aponta a partir de estudos de (BRYAN, 2008) que Roberto Mange foi a principal referência do IDORT, com relação à educação profissional e na organização do trabalho no Brasil.

¹² Engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), considerado o pai da administração científica e um dos primeiros sistematizadores da disciplina científica da Administração de empresas. O taylorismo caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional. Ver Batista (2013), ver também estudos de Rago e Moreira (2003).

era o taylorismo, verdadeira febre entre os engenheiros locais.

Batista (2013), tratando sobre o Taylorismo e sua influência na indústria brasileira relata que Taylor implementou seus estudos em 1880 e começou a desenvolver suas ideias buscando construir um projeto para que a indústria viesse a produzir melhor ou seja, “que o trabalhador produzisse mais em menos tempo” (p.71). O autor, citando Hobsbawm (2002 *apud* BATISTA, 2013, p.71) afirma que ao analisar estas ideias tayloristas entende que a “[...] tarefa em que o ‘taylorismo’ concentrou imediatamente seus esforços – e à qual a imagem pública da ‘administração científica’ era identificada – era como conseguir que os operários trabalhassem mais”.

isolando cada operário de seu grupo de trabalho e transferindo o controle do processo de trabalho do operário ou do grupo a agentes de administração, que diziam ao operário exatamente o que fazer e quanto produzir, à luz de; 2 – uma divisão sistemática de cada processo em unidades componentes cronometradas (‘estudo do tempo e do movimento’); e 3 – de vários sistemas de pagamento dos salários, o que incentivaria o operário a produzir mais (HOBSBAWM, 2002, p. 71-72 *apud* BATISTA, 2013, p.71).

Batista (2013) ainda complementa que Segnini (1986, p. 82) ao desenvolver sua análise sobre o taylorismo, afirma que, além de ser uma das formas de gestão capitalista que visavam organizar racionalmente o trabalhador no interior da fábrica, “rompe suas fronteiras e se volta na sociedade, para a formação do tipo adequado de homem para o desenvolvimento do capitalismo”.

Percebe-se que o modelo SENAI de ensino tem uma organização que antecede sua fundação, por meio das atividades exercidas por Mange e seus colaboradores do Centro Ferroviário de Ensino e seleção Profissional (SENAI, 1992)

Oswaldo de Barros Santos¹³ destaca a importância de Mange neste processo,

O Dr. Mange [...] no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, como é que ele se abastecia de pessoal? Ele pedia ao Instituto de educação da Universidade de São Paulo, alguns alunos que haviam destacado na parte de psicologia. E toda sua equipe pioneira do Dr. Mange veio de lá, um após o outro, conforme iam se formando. Indicados por Noemo Silveira, uma grade psicóloga da época. Eu fui um dos alunos indicados, 1937. Então, a minha formação é pedagogia. Psicologia se estudava nos cursos de pedagogia,

¹³ Psicólogo e ex-chefe da Divisão de seleção e Orientação do SENAI-SP, em SENAI, 1992.

porque não havia cursos para a formação de psicólogos. Lidávamos com testes, com medidas de nível mental, medidas de personalidade e de adaptação do homem ao trabalho. Daí surgiu uma porção de pessoas que se tornaram especialistas nesta área. [...] O Dr. Mange lecionava também na escola de sociologia e política e eu fui aluno dele lá, onde aprendi muito a respeito da psicologia Aplicada ao Trabalho (BARROS SANTOS, 1990 apud SENAI, 1992, p. 59).

Batista (2016, p. 235 - 236) demarca o papel estratégico e fundamental de Mange em desenvolver as experiências racionais na formação dos trabalhadores ao colocar que não se trata de qualquer intelectual, mas de uma liderança do movimento pela administração científica do trabalho “que tinha trânsito com diversos representantes da burguesia industrial brasileira e do pensamento educacional”. Concordamos com Zanardini (2006), que indica que é necessário ter a clareza de que não importa a denominação ou classificação da racionalidade “formal” ou material, contábil ou “sensível” (p.149), como também não importa para onde esteja sendo apontado o “erro de racionalidade”, o sentido dado à ação pelos homens ou grupos em um projeto social capitalista não é outro senão a produção/reprodução do capital, na busca dos fins econômicos, os aspectos que constituiriam a chamada racionalidade material submetem-se às orientações técnicas que caracterizam a racionalidade formal.

Segundo Weinstein (2000), o SENAI foi inovador em sua estrutura e em sua dualidade organizacional, pois era ao mesmo tempo público e privado, mas deparava-se com grande ceticismo entre os industriais. Mesmo assim, a imagem do SENAI se fortaleceu, transformando os jovens menos capazes, em operários competentes, conquistando uma relativa confiança dos industriais.

Assim o SENAI colaborava com a proposta de desenvolvimento do país a partir das dimensões políticas/econômicas que se alinhavam no contexto brasileiro, mas precisamos ter claro que, conforme afirma Ignácio (2009), se produzimos socialmente nossa existência nos marcos do modo de produção capitalista e se considerarmos a centralidade da categoria trabalho, são exatamente nessas relações sociais de produção – caracterizadas pela divisão e heterogestão – que encontramos o fundamento pedagógico do trabalho capitalista, cerne da organização do SENAI. O trabalhador realmente produz um saber sobre o seu trabalho na fábrica, só que, por este processo produtivo estar submetido aos interesses do capital, o conhecimento então produzido é tão fragmentado quanto é dividido e “pensado” ou concebido ou gerido, em outro nível da pirâmide hierárquica.

O processo pedagógico instalado na fábrica reproduz as relações de poder do capital sobre o trabalho, educando o trabalhador para o trabalho dividido e heterogerido alienando-o não só do

produto como também do conteúdo e das decisões sobre o trabalho.

Contudo, o SENAI em seus primeiros anos encontrou algumas dificuldades de ordem estrutural e pedagógica. Segundo Weinstein (2000) nos seis primeiros meses, a recém-formada administração do SENAI/SP procurou na capital e no interior instrutores, instalações adequadas para cursos e potenciais estudantes.

Oferecendo salários 20% acima dos que eram pagos pelas escolas públicas, o SENAI teve pouca dificuldade em atrair uma equipe docente para matérias convencionais como Português e Matemática. O recrutamento de instrutores para tarefas práticas, que deveriam fazer um exame de qualificação e ter pelo menos cinco anos de experiência na indústria com o respectivo tipo de especialização, revelou-se mais difícil. Segundo Weinstein (2000),

Necessitando urgentemente de pessoal, o SENAI foi obrigado a contratar instrutores não aprovados nos testes e com menos experiência que a considerada necessária. Quanto às instalações, o SENAI oferecia a maioria dos seus cursos iniciais, especialmente as aulas noturnas para adultos, em escolas profissionais do Estado. Os cursos suplementares foram acolhidos na sede dos marceneiros e carpinteiros, no Instituto Dom Bosco, ligado à Igreja, e no pavilhão do SENAI na IV feira Nacional da Indústria (p.137).

Conforme relatório do SENAI de 1948 (SENAI, 2002) é nesta fase que havia 72 escolas em pleno funcionamento, mantidas diretamente pelo SENAI ou pelas fábricas em regime de isenção, com um total de 606 cursos de 52 ofícios diferentes e com cerca de 18.000 alunos, dos quais 12.000 eram menores em cursos de ofícios. Em seu primeiro ano de funcionamento, em 1942, o SENAI estava organizado, nacionalmente, em dez regiões, mas esta organização era burocrática apenas, haja vista as dificuldades que a instituição encontrou de se estruturar em seus primeiros anos.

Para Cunha (2005), sob a ótica do poder e da gestão dos recursos, o SENAI era inegavelmente uma instituição privada, uma vez que é a Confederação das Indústrias, em conjunto com as federações estaduais de sindicato patronais, que dirigem a entidade, escolhem seus diretores e determinam a política a ser seguida, na composição do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais. A participação mínima do Estado pode ser assinalada: ao lado dos presidentes de federações ou sindicatos patronais, estão dois representantes do governo, um do Ministério da Educação e outro do trabalho.

O SENAI sustentava suas atividades, inicialmente, com a arrecadação de 2 mil réis mensais, por empregado das empresas filiadas à Confederação Nacional da indústria. Quanto ao Departamento Nacional, sua instalação só ocorreu em 3 de agosto de 1942, no Rio de Janeiro, em solenidade presidida

pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema.

Em 1948, o Departamento Nacional do SENAI tinha a instituição presente em 18 estados do país, oferecendo 431 cursos de formação e 30 de aperfeiçoamento e ainda mais 145 cursos de outras modalidades. (SENAI, 2002).

Ao avaliar o desenvolvimento do SENAI nos seus primeiros seis anos de funcionamento, o Relatório de 1948, editado pelo Departamento Nacional, em janeiro de 1949, considerava que a história da jovem instituição já apresentava três fases nitidamente distintas: a primeira veio com a implantação inicial do Departamento Nacional e dos órgãos locais e com o estabelecimento de escolas de emergência em prédios alugados, desprovidos de oficinas. Apesar da timidez dos recursos, essa primeira fase permitiu a arranca inicial de nossas atividades e uma tomada de contato com as empresas industriais e com todos os problemas de matrícula dos menores (SENAI, 2002, p.25)

O relatório de 1948 (SENAI, 2002) relata o que caracterizou a segunda fase desta instituição, no período de 1943 a 1948, marcada pelo início da compra de terrenos, o projeto de prédios definidos, o estudo das necessidades industriais e o início de muitas construções, ou seja, com o assentamento das bases materiais indispensáveis ao desenvolvimento do sistema SENAI, que não poderia depender, como ocorrera no princípio de prédios alugados ou emprestados, pouco ou nada adaptados ao formato de seus programas de ensino profissional, especialmente, no que se refere às oficinas para aprendizagem. Por isso, nesta segunda fase, foi dada ênfase especial à instalação de oficinas nos prédios que foram sendo concluídos e mesmo em alguns casos de emergência, passando-se ainda a organização de cursos de forma mais completa, bem como a elaboração de séries metódicas acompanhadas de critérios mais claros de ensino e promoção dos alunos (SENAI, 2002).

Considerações Finais

As principais agências de educação profissional, as entidades do sistema S, especialmente o SENAI, construídas a partir das lógicas empresariais, não só foram mantidas como um sistema paralelo, mas também tiveram períodos de grande expansão, principalmente quando da ascensão dos militares ao poder. A dualidade estrutural do sistema de ensino profissional não o torna estranho ao modelo fordista de produção capitalista; assim, as mudanças técnico-organizativas introduzidas com a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível iriam gerar tensões e contradições entre o velho sistema educacional e as novas demandas e necessidades de educação para o trabalho.

Segundo seus idealizadores, o SENAI já nasceu com a cultura de trabalho voltada para o futuro: uma instituição de educação profissionalizante com a missão de estar preparada para atender demandas e transformações profundas na economia. Os fatos que determinaram o surgimento do Senai comprovam isso. Iniciativa dos industriais Roberto Simonsen, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Euvaldo Lodi, que presidia a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a instituição foi fundada em 1942, num momento crucial para a história contemporânea mundial nos aspectos social, político e, sobretudo, econômico. O mundo estava no auge da Segunda Guerra Mundial. O Brasil, decidido a ficar ao lado das forças aliadas, conseguiu importantes acordos empresariais para dar início à formação de seu próprio parque fabril industrial. A moeda de troca foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no Rio de Janeiro, com financiamento norte-americano.

Mas é necessário destacar que as questões como a persistência/conservação da dualidade estrutural, o caráter seletivo e excludente do sistema educacional, o monopólio do setor empresarial no campo do ensino e da capacitação profissional, políticas de formação profissional exclusivamente, centradas nas necessidades do mercado de trabalho e desarticuladas de políticas de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda se tornariam os eixos centrais de discussão e enfrentamento, e o SENAI enquanto instituição formadora encampou este espaço.

O SENAI tinha o objetivo de promover força de trabalho para atender o crescimento industrial e o capital. Desde sua origem, este instituto atendeu às “necessidades da elite industrial”, transmitindo a expectativa de que poderia qualificar os trabalhadores em pouco tempo, e com qualidade de acordo com as especificidades industriais, e que os ensinamentos profissionais teriam um valor maior do que a própria profissão: pois a ideologia implementada nacional e regionalmente foi a do “bom operário” para o Brasil, além de procurar formar um trabalhador com comportamento capaz de atender às necessidades do capital.

A ideologia explorada ao longo da institucionalização da educação das escolas SENAI expressava a hegemonia do pensamento da classe dominante, dos industriais e empresários. Esta ideologia se traduzia na pedagogia da escola, influenciada pelas bases tayloristas e fordistas.

Referências

BATISTA, E. L. O Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. In: SANFELICE, L. S. et al. (Org.) **Histórias das Instituições escolares: teoria e prática**. Bragança Paulista: Margem da palavra, 2016. p.225-242.

_____. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas: UNICAMP, 2013.

BRASIL. Decreto nº 1.238, de 2 de maio de 1939. **Dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Decreto nº 10.009, de 16 de julho de 1942. **Aprova o regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/.../decreto-10009-16-julho-1942-464454-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Decreto nº 6029 de 26 de julho de 1940. **Aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/.../decret/1940.../decreto-6029-26-julho-1940-324447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/.../declei/.../decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Decreto Lei Federal nº 4481, de 16 de julho de 1942. **Dispõe sobre a aprendizagem dos industriários, estabelece deveres dos empregadores e dos aprendizes**. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=61710>. Acesso em: 07 mar. 2017. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei Nº 5.692, De 11 de agosto de 1971 - Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 07 mar. 2017.

CUNHA, L. A. **O Ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo : Editora Unesp, 2005.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DPEA, 1986.

GILES, T. R. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

IGNÁCIO, P. C. de S. **Capitalismo, acumulação flexível e educação profissional no Brasil: polivalência ou politécnica?** 2009. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2009.

IPARDES, **Séries Retrospectivas do Paraná: dados históricos da indústria 1940-1980.** Instituto Paranaense de desenvolvimento econômica e social, Curitiba: IPARDES, 1993.

LEITE, E. M. **SENAI - SP 45 anos de educação para o trabalho: a indústria em ação.** São Paulo, 1976.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In: _____. **O Capital: A crítica a economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, tomo 2.

OLIVEIRA, R. C. **O Silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado do Paraná.** Curitiba: Moinho do verbo, 2001.

PICHELI, V. **O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil 1930-1944.** 1997. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas: 1997.

RAGO, L. M.; MOREIRA, E. F. P. **O que é taylorismo.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

SAPELLI, M. L. S. **Ensino profissional no Paraná: aspectos históricos, legais e pedagógicos.** Guarapuava: Unicentro, 2008.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. Campinas: Autores e Associados, 2008.

SEGNINI, L. R. P. Taylorismo: Uma análise crítica. In: BRUNO, L. **Organização, trabalho e tecnologia.** São Paulo: Atlas, 1986.

SENAI, **De homens e máquinas.** Roberto Mange e a Formação Profissional, Inventário Analítico, acervo Roberto Mange. São Paulo, 1991. v.1.

_____. **O Giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho.** Projeto Memória SENAI-SP. São Paulo, 1992.

_____. **Histórias e percursos: o departamento nacional do SENAI (1942 - 2002).** Brasília, 2002.

_____. Departamento Regional do Paraná. **Senai 70 anos: 70 anos de educação, tecnologia e inovação.** Curitiba, 2014.

SILVA, F. T. **Operários sem padrões - os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras,** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

WEINSTEIN, B. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920 - 1964).** São Paulo: Cortez, 2000.

ZANARDINI, I. M. S. **A ideologia da pós-modernidade e a política de Gestão educacional brasileira.** 2006. 173 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2006.

Recebido em: 22/08/2017

Aceito em: 07/02/2018